

## **PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DOS ENSINOS MÉDIO E SUPERIOR DE RECIFE-PE, ACERCA DA INFLUÊNCIA DO AMBIENTE ESCOLAR NOS SEUS COMPORTAMENTOS SEXUAIS E DE GÊNERO.**

Pablo Acácio dos Santos Souza; Anthony Marcos Gomes dos Santos; Marcos José da Silva Junior; Natanael Duarte de Azevedo.

*Universidade Federal Rural de Pernambuco, anthonymarcos20@gmail.com*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco, marc92\_000@hotmail.com*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco, pabloacacio@gmail.com*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco, natanael.duarte.ufpb@hotmail.com.*

**Resumo:** O presente trabalho aborda as temáticas de gênero social, sexualidade e sexo com o objetivo de investigar a percepção de estudantes dos ensinos médio e superior acerca das práticas sexuais desenvolvidas no ambiente escolar. Para tanto, trabalhamos com o método de entrevista a fim de identificarmos se há (ou não) alguma manifestação de preconceito sexual e/ou compreensão das práticas sexuais numa práxis político-social. A pesquisa de base qualitativa serviu para observarmos que na região metropolitana da cidade do Recife/PE os(as) alunos(as) entrevistados(as) associam o ambiente escolar a compreensão ou não das temáticas abordadas. Nesse sentido, percebemos que o ambiente acadêmico tem como principal função social caracterizar-se como um espaço democrático que deve oportunizar a discussão de questões de gênero e sexualidade, para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes. Por isso, é necessário refletir como são formadas e legitimadas as diferenças de gênero, fazendo com que alunos(as) se identifiquem ou diferenciem-se de acordo com as características socialmente valorizadas e/ou determinadas, ressaltando o papel e o compromisso da escola para a desmistificação das diferenças e preconceitos em relação ao sexo.

**Palavras-chave:** Gênero e ensino, Gênero, Sexualidade e Educação, Inclusão e Visibilidade.

### **INTRODUÇÃO**

As discussões de temáticas relacionadas a gênero, orientação sexual e sexualidade sempre foram tabus na sociedade. No entanto, nos últimos anos houve uma grande evolução no debate destes conteúdos, fazendo com que, cada vez mais, seja centro de polêmicas e estudos (PARKER & BARBOSA, 1996). Para que sejam discutidos tais temas, é necessário que se tenha noção das suas bases históricas, biológicas, antropológicas e psicológicas. Também é necessário que, no mínimo, entenda-se a diferença entre gênero, orientação sexual, sexo e sexualidade (JESUS, 2012).

Sexo é a estrutura biológica do indivíduo, sendo determinada por fatores genéticos (JESUS, 2012). O indivíduo, biologicamente falando, nasce XX ou XY e o que diferencia seu sexo são simplesmente a sua genitália. Já a determinação de gênero vai muito além da

determinação biológica e da conformação genital (JESUS, 2012). O indivíduo ser homem ou mulher está relacionado à autopercepção e a forma como o indivíduo se reconhece e se expressa socialmente, sendo assim, o gênero está ligado à maneira como você se vê no social que independe de sexo e é relativa de uma cultura para outra (JESUS, 2012; LOURO, 2000).

A orientação sexual indica quais gêneros uma pessoa se sente atraída sexualmente ou emocionalmente. O indivíduo pode ser heterossexual quando sente atração sexual por um gênero diferente; homossexual quando sente atração sexual exclusivamente pelo mesmo gênero; assexual quando sente pouco ou nenhum desejo sexual; bissexual quando sente atração por dois gêneros diferentes, ou pansexuais, quando sente atração sexual por todos os gêneros (CARDOSO, 2008). A orientação sexual pode ter ligação com gênero, mas elas independem um do outro. Não existe um consenso da psicologia contemporânea em relação ao que determina a orientação sexual de uma pessoa, contudo estudos apontam que a orientação sexual não pode ser mudada com terapias (*Australian Psychological Society*, 2015; SHIDIO & SCHOROEDER, 2002).

Já a sexualidade é o conjunto de comportamentos que visam à satisfação do desejo sexual do indivíduo. Ela vai além do nível físico da pessoa, refletindo seu lado psicológico e biológico. A maioria das pessoas acredita que a sexualidade é algo que possuímos desde que nascemos, no entanto, a sexualidade envolve muito mais do que isso, sendo influenciada diretamente por fatores históricos, sociais e religiosos (LOURO, 2000, p 151).

A construção da sexualidade tem ponto decisivo marcado na adolescência. A construção da identidade sexual do indivíduo sugere que ele experimente, identifique, brinque, e diferencie conceitos e temas relacionados à sexualidade. (AGNOL, 2003). No entanto, esse processo não é tão simples como parece ser, e também não é aproveitado como deveria, visto que existe uma pressão social a respeito dos papéis sociais que homens e mulheres devem assumir. A cobrança desses papéis limita muito a descoberta e também o aproveitamento da sexualidade. (AGNOL, 2003).

Segundo PARKER (1991), o melhor momento para se desconstruir esses conceitos e fazer com que o indivíduo cresça aberto a aceitação de diferentes tipos de sexualidade é na adolescência, pois é nesse período que o social mais influencia na construção da identidade sexual. Para entender a sexualidade do indivíduo, a teoria construtivista sugere que examinemos a cultura ou as culturas nas quais o adolescente foi sexualizado. Portanto, identificações culturais como idade, “raça, gênero e identidade sexual devem ser reconhecidas como categorias sociais, não variáveis biológicas” (PARKER, 1994).

Em algumas sociedades o ato sexual e a sexualidade do indivíduo estão ligados aos dogmas que os cercam, sendo diretamente influenciados pelos mesmos. Na África, por exemplo, a tribo dos Sambia tem o valor do sêmen determinando a moralidade das práticas sexuais (HERDET; STOLLER, 1990). Já no ocidente, a igreja determinou como pecado o sexo sem ser para procriação, o que limitou a prática sexual de homens e mulheres durante muito tempo (BROWN, 1990). Na Grécia antiga, era tido como normais homens mais velhos terem relações sexuais com rapazes mais jovens, para que recebessem experiência. A beleza e a sabedoria limitavam as práticas sexuais neste período (FOUCAULT, 1984).

O referencial de homossexualidade também vem de acordo com a cultura, na tribo Sambia, por exemplo, onde o sêmen é o principal determinante dos padrões sociais ou de sexualidade é normal que os homens tenham relações sexuais com outros homens, pois acreditam que ingerindo sêmen tornam-se mais fortes e saudáveis para produzir mais sêmen (HERDET; STOLLER, 1990). Para eles, são mais importantes a posição e a função que possui o sêmen do que pessoa com a qual se está fazendo sexo (PARKER et al, 2000).

A questão de gênero também foi construída através de um pensamento político social passado, mas vem sendo desconstruído até hoje. O sexo e todo seu processo passaram a ser vistos de maneiras diferentes entre homens e mulheres (PARKER & BARBOSA, 1996, P 1-234). Não existe uma diferenciação do sexual, é possível afirmar que uma coisa é idêntica a outra na esfera sexual, não se é correto fazer uma discriminação seletiva, ou seja, “Isto é sexual!”, “Aquilo é sexual!”, independentemente de gênero e sexo (PARKER & BARBOSA, 1996, P 1-234).

Na sociedade latina, uma cultura machista foi instaurada e permanece forte até hoje. A crença no fato de que existe uma “sexualidade natural” no ser humano fez com que ficassem congelados os conceitos deste tema, sendo disseminado pela comunidade cristã, que predomina ainda hoje (CECARELLY, 2008). A partir deste fundamento cristão conservador, tudo que não se encaixasse neste padrão seria considerado repulsivo, abominado e patológico (CECARELLY, 2008). Contudo, sabe-se hoje que a homossexualidade não é um distúrbio (MATIAS, 2007) e que a visão do que é ser homossexual e a aceitação destes indivíduos na sociedade advém da construção histórica do meio em que ele está inserido (SCARDUA; FILHO, 2006).

Surgiram, no decorrer do tempo, movimentos que lutam pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres. Um desses movimentos é o feminismo, que teve diferentes objetivos ao redor do mundo (SPENDER, 1993). Em suma, o feminismo luta pela igualdade dos direitos trabalhistas, civis, sociais entre os gêneros. Geralmente, tem uma organização

estruturada e um bom embasamento teórico, com conhecimento da construção política, social, histórica, religiosa, filosófica e antropológica da sociedade, estando presente em todos os níveis da sociedade, de forma direta ou indireta (GONZALES, 2003).

### **Considerações da abordagem do gênero e sexualidade na estrutura educacional brasileira**

Antes de explanar essa temática, é importante estabelecer conceitos que darão base para a discussão. No nosso trabalho, vamos considerar a definição de sexualidade do filósofo francês Michel Foucault, na qual também contribuirá para a discussão de gênero no decorrer do texto:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1984).

É importante observar como Foucault tomou a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, cuja função seria o controle dos indivíduos e das populações. O autor argumentou que as práticas sexuais fazem parte de um dispositivo que ele nomeia de “dispositivo da sexualidade”, pois aquilo que estava em jogo seria essencialmente uma rede estabelecida de saber-poder atuando sobre os corpos e populações ao produzir normatizações e modos de vida (CÉSAR, 2009).

Essa normatização da sexualidade de que falamos é um reflexo do que Foucault chamou de heteronormatividade. Esta significa a marginalização dos discursos e situações que incluam outras vertentes diferentes do que é heterossexual, sendo ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Segundo a heteronormatividade, os seres humanos recaem apenas sobre duas categorias distintas, que são o macho e a fêmea.

### **Gênero e sexualidade na história educacional do Brasil.**

Nas primeiras décadas do século XX, particularmente nos anos 20 e 30, foi que surgiram as primeiras preocupações em relação à educação sexual. Nesse momento, ela se constituía como uma preocupação para médicos, intelectuais e professores presentes no universo educacional do Brasil. Nesse contexto, "médicos e educadores em um número considerável manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução

da espécie". (BRUSCHINI; BARROSO,1986, p.32). Enfatizando ainda mais essa concepção de educação sexual, podemos falar que ela tinha a função de acabar com alguns atos considerados pecaminosos. Visto o grande poder exercido pela igreja e o sexo ser considerado um grande tabu, tendo assim o sexo finalidade apenas de reprodução, já que seu ato em si era carregado de vergonha vinda da concepção de ser pecaminoso (COSTA, 1986).

Partindo da perspectiva de uma análise foucaultiana, se relacionarmos o processo de escolarização à disciplinarização dos corpos de crianças e jovens, veremos que a educação do sexo encontrou seu lugar privilegiado na escola desde muito cedo. Assim, o “sexo bem educado” se apresentou como parte fundamental do processo de escolarização, mesmo que este não tenha sido abordado sob a rubrica de uma disciplina específica, pois a regulação do sexo de crianças e jovens nas escolas foi uma tônica na conformação da pedagogia moderna (COSTA, 1983).

Entre os anos de 1935 e 1950, parece ter sido um período com poucas manifestações pelos agentes da educação em relação à educação sexual, chegando até ser considerado retrocesso na educação sexual do país. (SAYÃO, 1997). Tendo a Igreja Católica papel determinante na repressão do tema.

Porém, a partir de 1960, grandes transformações ocorreram nesse campo. A estrutura educacional desse período esteve ligada aos movimentos de direitos civis, às lutas feministas, movimentos gays e lésbicos, reivindicações étnico-raciais e, assim como boa parte da América Latina, lutas contra os regimes ditatoriais. Vivia-se um clima de renovação pedagógica. Foi justamente nesse período que o tema da educação sexual retornou de forma mais sistemática ao discurso pedagógico. Várias escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte organizaram programas de educação sexual em conexão com as “novidades pedagógicas” e curriculares de então. Dentre essas, uma escola paulista destacou-se pelas experiências desenvolvidas na Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo. Sobre esse colégio, a autora Werebe (1998), faz algumas considerações sobre a prática da educação sexual nesse colégio:

- 1 . A inserção da educação sexual na orientação de grupo, como uma resposta a demanda explícita dos alunos, determinou em grande parte o sucesso do trabalho.
2. O entrosamento entre educação sexual em grupo e individual foi extremamente positivo: as duas ações completaram-se bem.
3. Os programas desenvolvidos com os pais, em particular os seminários de discussão, foram muito importantes para leva-los a compreender melhor o trabalho feito com os alunos e a "aceitar" a sexualidade de seus filhos, bem como para encoraja-los a dialogar com eles.
4. As discussões em grupo favoreceram a "liberação da palavra". Por outro lado, o intercâmbio de pontos de vista, entre alunos, permitiu-lhes distinguir,

na análise de uma questão, os factos científicos que dependem [independem?] de opiniões pessoais, dos aspectos valorativos passíveis de controvérsias. (WEREBE, 1998, p. 238)

As conquistas alcançadas nesse período foram suprimidas pela Ditadura Militar. Com a ditadura, a educação sexual sofreu com um regime de controle e moralização dos costumes, especialmente decorrente da aliança entre os militares e o majoritário grupo conservador da igreja católica, sendo banida de qualquer discussão pedagógica por parte do Estado e toda e qualquer iniciativa nesse sentido foi combatida.

Para citar um movimento de resistência desse período, merece destaque o caso da deputada federal Júlia Steimbruck. No ano de 1968, esta apresentou um projeto de lei propondo a introdução da educação sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país. O projeto foi rejeitado.

As iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle se tornaram experiências de resistência e, nas décadas seguintes, a educação sexual foi tomada como um dos marcos educacionais das lutas pela democratização do país. (CÉSAR, 2009). Em relação ao período ditatorial, salientamos a importância do movimento feminista como forma de resistência nesse contexto. Uma das reivindicações desse movimento foi a defesa da educação sexual e de gênero. Porém, essa vinculação da educação sexual com as questões que cercavam a luta contra o patriarcado e a hierarquia de gênero foi abandonada e o feminismo como campo de indagação das práticas pedagógicas desapareceu sem deixar rastros. (CÉSAR, 2009)

Com a chegada dos anos 80, o discurso em torno da educação sexual apresenta mudanças. Nesse período a educação sexual começou a se fortalecer como campo específico da saúde, onde o conteúdo de anatomia e fisiologia humana foram incluídas nas práticas pedagógicas. (CÉSAR, 2009).

Na década de 90, a epidemia de HIV/AIDS terá muita influência da educação, de modo geral. Paralelo a isso crescia a mentalidade de uso da informação como ferramenta social contra a epidemia, por meio da conscientização. Assim:

A escola no início dos anos 90 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o “sexo seguro”, as quais incluíam, além do contágio do HIV/AIDS e outras DST’s, a “gravidez na adolescência”, que para os especialistas começou a ser tomada como um “problema pedagógico” importante. A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social. (CÉSAR, 2009, 37-51.).

Na segunda metade dos 90, ocorreram várias reformas educacionais, promovidas pela constituição de 1988 e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Os PCN's foram uma resposta para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, contemplando, por meio de temas transversais, questões étnico-raciais, do meio-ambiente, educação sexual e as questões de gênero, esquecidas desde os projetos dos anos 70.

Levando em consideração as características sociais e históricas da escola e o papel que ela tem na sociedade, este trabalho tem como objetivo identificar a percepção de estudantes de diferentes níveis de ensino do estado de Recife Pernambuco e a influência do ambiente escolar nos seus comportamentos sexuais e de gênero.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo foi realizado no âmbito escolar dos níveis médio e superior. No levantamento de dados foram investigadas as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE e UFRPE), e também escolas de três cidades diferentes da região metropolitana do grande Recife (Camaragibe, Recife e Igarassu). Visando ter-se diversidade de percepções dos estudantes do ensino médio e superior em Recife/PE, acerca da influência do ambiente escolar nos comportamentos sexuais e de gênero, as instituições de ensino de ambas as esferas foram escolhidas seguindo sua localização e diversidade de cursos, no caso do ensino superior, e levando em consideração as características sociais e culturais dos grupos que as frequentam.

Os sujeitos foram escolhidos de acordo com o seu gênero. Foram entrevistadas 60 pessoas no ensino superior e 60 no ensino médio. Essa entrevista se deu através de um questionário contendo doze questões abertas, todas voltadas à percepção de estudantes do ensino médio e superior, acerca da influência do ambiente escolar nos seus comportamentos sexuais e de gênero.

Os estudantes de ambos os níveis foram divididos em quatro grupos:

- A. Estudantes do sexo masculino do ensino superior
- B. Estudante do sexo masculino do ensino médio
- C. Estudantes do sexo feminino do ensino superior
- D. Estudantes do sexo feminino do ensino médio.

Após esta separação, foi por eles respondido o questionário. Posteriormente, as respostas foram analisadas, levando em consideração as tendências que mais apareceram para assim gerar uma porcentagem a fim de se compreender a forma como os discentes pensam e

assim conseguir responder nosso objetivo. O questionário não pedia informações pessoais relativas ao gênero, condição socioeconômica, curso ou idade dos entrevistados, visto que não estamos levando em consideração essas variáveis como possíveis causas de influência.

## **RESULTADOS**

Os dados sugerem que os alunos do ensino superior acreditam que o ambiente escolar influenciou na sua compreensão do que é gênero, diferente dos estudantes do ensino médio. Ambos os grupos não acreditam que o ambiente escolar influenciou na sua compreensão do que é sexualidade. Os dois grupos acreditam que o ambiente escolar ajuda a entender a própria orientação sexual.

No ensino superior, a maior parte dos discentes declarou que seus professores não trabalham questões relacionadas ao gênero e sexualidade em sala de aula, enquanto no ensino médio, a maioria afirma que conteúdos relacionados a estas temáticas são trabalhados dentro de sala. Todos os entrevistados dos dois grupos acreditam que a abordagem destes conteúdos em sala de aula pode ajudar na integração social de indivíduos com transtorno de gênero, e também na autoaceitação desses indivíduos. Os representantes do ensino superior afirmaram que nunca foram hostilizados por conta dos seus comportamentos sexuais ou de gênero, enquanto no ensino médio, as respostas ficaram divididas.

No ensino superior, assim como os do ensino médio, acredita-se largamente que a compreensão dos colegas facilita na autoaceitação. Os discentes do ensino superior também relataram que se sentiriam confortáveis estudando numa escola onde a maioria das pessoas tem orientação sexual diferente da sua. Já no ensino médio, as respostas foram bastante equilibradas. Ambos acreditam que a religião influencia nas questões de gênero e sexualidade dentro das instituições de ensino.

Tanto no ensino médio quanto no ensino superior, os entrevistados relataram ter iniciado percepção da sua sexualidade entre os seis e 12 anos. Também foi considerável o número de pessoas que disseram ter tido essa percepção antes dos seis anos. Poucas pessoas relataram ter tido percepção da sexualidade depois 12. Os alunos do ensino superior em sua maioria acreditam que a repressão dos comportamentos sexuais e de gênero pode influenciar no desempenho acadêmico. Já no ensino médio, as respostas ficaram equilibradas.

## DISCUSSÃO

O ambiente acadêmico tem como principal função social caracterizar-se como um espaço democrático que deve oportunizar a discussão de questões de gênero e sexualidade, para desenvolver o pensamento crítico. Para isso, faz-se necessário que o(a) professor(a) traga informações e contextualize-as, além de contribuir, oferecendo caminhos para que o(a) discente adquira mais conhecimentos. Porém, o resultado de nossa pesquisa mostrou que, em determinados ambientes escolares os professores não trabalham questões de gênero e sexualidade em sala de aula. Como podemos observar nos resultados, que os estudantes de ensino superior, na sua grande maioria, declararam que os seus professores não trabalham questões de gênero e sexualidade. E os de ensino médio declararam que os conteúdos relacionados a essa temática são trabalhados. Com tudo, os dois grupos afirmaram que a abordagem desses conteúdos pode ajudar na integração social de indivíduos com transtorno de gênero e também na autoaceitação desses indivíduos.

Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na desmistificação destas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações como destaca LOURO (1997). Por isso, é necessário perceber como são formadas e legitimadas as diferenças de gênero, fazendo com que alunos(as) se identifiquem ou diferenciem-se de acordo com as características socialmente valorizadas e/ou determinadas, ressaltando o papel e o compromisso da escola para a desmistificação das diferenças e preconceitos em relação ao sexo.

Assim, podemos pensar como a escola pode contribuir na construção dos gêneros e das diferenças quando esta institui gestos, condutas e posturas apropriadas a cada um/uma. Através de um longo aprendizado cada um vai sendo colocado em seu lugar: menino/menina; aluno/aluna; professor/professora, entre outras tantas posições de sujeito. O papel do(a) docente é fundamental no processo de construção do conhecimento, ao atuar como um profissional a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, suas crenças e suas opiniões como sendo verdades absolutas ou princípios a serem seguidos. Nesse sentido, Nunes e Silva (2000, p.106) dizem que o(a) docente precisa constantemente “Fazer a crítica

dos papéis tradicionais e de suas convicções ideológicas”.

Os resultados da pesquisa revelam que, o ensino superior, a hostilidade é menor que no ensino médio e que a não aceitação dos colegas influenciava, sim, no rendimento escolar. Esses dados revelam que pessoas homossexuais, ou com identificações de gêneros que rompem com o modelo heteronormativo, quando não são aceitas no ambiente escolar no qual vivem, tendem a ter um declínio no desempenho acadêmico. O que só reforça a importância do trabalho dos(as) docentes, em relação a esse tipo de conteúdo, para influenciar o entendimento, respeito e até a autoaceitação do indivíduo nesse ambiente.

No ensino médio existe mais hostilidade, apontando para necessidade de os(as) professores(as) trabalharem esses conteúdos em sala de aula, podendo auxiliar na aceitação e na integração social de indivíduos marginalizados em relação ao gênero e à sexualidade, melhorando o rendimento escolar ou acadêmico deles(as).

Percebemos que a escola é marcada por relações sociais de gênero. Dessa forma, professoras e professores devem refletir sobre suas práticas no que diz respeito ao tratamento de alunos e alunas, pelo fato de nossa vida ser marcada de processos históricos, culturais de produção dos diferentes significados masculinos e femininos que fundamentam nossas relações sociais refletindo-se nas relações estabelecidas dentro da escola e da sala de aula (VIANNA, 1997).

Podemos pensar na questão da sexualidade humana como algo estritamente ligado às construções sociais, principalmente à religião. A religião sempre exerceu um papel regulador da moral nas sociedades. Os resultados mostraram que os(as) alunos(as) afirmam que em algumas escolas e universidades a religião, principalmente o cristianismo, ainda influencia bastante tanto nos comportamentos individuais quanto na aceitação do colega homossexual e dissidente de gênero dentro do ambiente escolar.

É necessário que professores e sociedade ajam juntos para desconstruir os conceitos impostos há centenas de anos e que permanecem cristalizados até hoje. Essa desconstrução é algo extremamente necessário. Não é possível construir um novo tempo, uma nova sociedade, com os mesmos costumes das antigas. Devemos nos libertar das correntes que nos prendem no passado machista, cisgênero, sexista, homofóbico e preconceituoso. Devemos ser exemplo de educação e sociedade, pioneiros na inclusão de pessoas.

## **CONCLUSÕES**

Trabalhos como esse ajudam a compreender a dinâmica sobre as questões de gênero dentro das instituições de ensino em seus diferentes níveis, e mostram como grau de instrução

podem ou não influenciar nessa percepção, ressaltando a necessidade e importância da discussão desses tópicos. Análises mais profundas e quantitativas são essenciais para o desenvolvimento de práticas e intervenções eficazes dentro desse campo.

## REFERÊNCIAS

- AGNOL, R. S. “**A sexualidade no contexto contemporâneo: permitida ou reprimida**”. Psic. v.4 n.2 São Paulo dez. 2003, p. 26-31.
- AUSTRALIAN PSYCHOLOGICAL SOCIETY. APS position statement on the use of psychological practices that attempt to change sexual orientation – 2015.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BROWN, P. Corpo e sociedade: **o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.
- BRUSCHINI, M. C.; BARROSO, C. **Educação sexual e prevenção da gravidez**. In: BARROSO, C. et al. (Orgs.). Gravidez na adolescência. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p. 32.
- CARDOSO, F.L. *O Conceito de Orientação Sexual na Encruzilhada entre Sexo, Gênero e Motricidade*. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology - 2008, Vol. 42, Num. 1 pp. 69-79.
- CECCARELLI, P. R. **A invenção da homossexualidade**. Rev. Bagoas, Rio Grande do Norte 2008.
- CESAR, ASSIS M. R. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"**. Educ. rev., Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-406020090003000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-406020090003000). Acessado em: 12/04/2015.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, M. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento**. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 1986.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GONZALES, W.A.P. “Historia Del feminismo”. **Revista de La universidad autónoma de Yucatán**, 2003, p. 30-45.

- HERDT, G.; STOLLER, R.F. **Intimate communications erotics and the study of culture.** New York: Columbia University Press, 1995.
- JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: vozes, p. 20, 1997.
- LOURO, G.L.- **“pedagogias da sexualidade”** – autentica editora, 2000 - p 151.
- MATIAS, D. **“Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação”.** Análise Psicológica, (2007) 149-152.
- NUNES, C. & SILVA, E. **A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores associados, 2000.
- PARKER, R. – **“corpos, prazeres e paixões”** – São Paulo, Best Seller, 1991.
- PARKER, R. & BARBOSA, R. M. (orgs.)- **“Sexualidades Brasileiras”**- Rio de Janeiro, - Relume Dumará, 1996. P 1-234
- PARKER, R. **“A construção da solidariedade”** - Rio de Janeiro- Relume Dumará – 1994.
- PARKER, R.; BARBOSA R. M.; AGGLETON P.; **Framing the sexual subject: the politics of gender, sexuality, and power;** Univ of California Press. 2000.
- SAYÃO, Y. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários.** In: AQUINO, J. G. (org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997
- SCARDUA, A.; FILHO, E. A. S. **“O debate sobre a Homossexualidade Mediado por Representações Sociais: Perspectivas Homossexuais e Heterossexuais”**, 2006. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2006, (482-490)p.
- SHIDIO, A. SCHOROEDER, M.-**“Changing Sexual Orientation: A consumer’s reports”** *Professional psychology: Research and practice*, 3, 249-259- Australian Psychological Society, 2002.
- SPENDER, D. **“There's always been a women's movement”**.- Pandora Press, Londres, 1983.
- VIANNA C. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus. 1997.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação.** Campinas: Editora Autores Associados, 1998.